

## Dossiê

### 200 anos de educação do Brasil

O Dossiê “*200 Anos de Educação do Brasil*” tem por objetivo reunir textos sobre a educação brasileira a partir de sínteses e/ou balanços históricos e historiográficos com enfoque nos processos de escolarização, educação para os povos do campo, educação rural, organização escolar, educação antirracista, bem como do processo de fracasso/exclusão escolar, dos símbolos pátrios e das políticas públicas da área de educação pertinentes à História da Educação.

Pensar os vários *aforismos* que estarão presentes nas comemorações do Bicentenário da Independência que será comemorado no ano de 2022 foi o *SUL* da proposta do Dossiê *200 Anos de Educação do Brasil*. Os projetos de pensar as “educações” e escrever outras historiografias sobre os processos de escolarização, sobre os processos de ausências e exclusões escolares foram organizados e pensados pelos membros do Portal do Bicentenário, que se justifica por ser uma iniciativa constituída por uma REDE de universidades, de faculdades e estruturas similares. De mãos dadas aos programas de pós-graduação, centros, núcleos e grupos de pesquisa, instituições de representação de pesquisadores (as), sindicatos de docentes, instituições de representação de estudantes, movimentos sociais, cidadãos e cidadãs brasileiros(as) que visam produzir, editar, fazer curadoria, organizar e disponibilizar conteúdos sobre os 200 anos da Independência do Brasil e seus desdobramentos. Nossas análises buscam compor os distintos campos do conhecimento (científicos e escolares), na arte, na cultura e nos mundos do trabalho.

A partir do Projeto *Portal do Bicentenário*, que trouxemos essa proposta de um dossiê que nos ajude a pensar algumas temáticas da educação brasileira nesses duzentos anos de “invenção” do Brasil. Por óbvio, que não conseguimos abordar todas temáticas desejadas, mas apresentamos aqui um dossiê com artigos importantes para começarmos a pensar e propor um debate sobre *200 anos de educação no Brasil*.

O primeiro texto que compõe nosso Dossiê foi escrito pelo pesquisador Luciano Mendes de Faria Filho/UFGM, em seu texto: *Brasil, 1822/2022: 200 anos de escolarização*, no qual o autor se propõe a descrever os processos estabelecidos na/da escolarização no Brasil, e, tem por objetivo apresentar a forma como a cultura escolar estabeleceu seus parâmetros fundamentais de classificação social, política, cultural e econômica, no transcurso de dois séculos, percebendo assim como a escola se estabeleceu como agência formadora das novas gerações e de capital importância nas sociedades contemporâneas.

Os autores Claudio Pinto Nunes, Arlete Ramos dos Santos e Jamile de Souza Soares apresentam o texto intitulado *200 anos de educação para os povos do campo no Brasil: entre conquistas e desafios*. É uma produção coletiva de pesquisadores da Universidade Estadual do Sul da Bahia, que se propõem a analisar a historicidade dos processos da escola e da escolarização dos povos do campo. Nesse campo, abordam os contextos divergentes dos conceitos de Educação Rural e Educação do Campo, bem como, analisa as políticas públicas educacionais fixadas para estas comunidades.

No terceiro artigo, *200 anos de Educação Rural no Brasil: histórias de exclusão, abandono e discriminação*, as autoras Rosa Fátima de Souza-Chaloba e Agnes Iara Domingos Moraes trazem um balanço historiográfico sobre a trajetória da educação rural no Brasil nos séculos XIX e XX, com ênfase no ensino primário (séries iniciais do atual Ensino Fundamental), demonstrando que a desigualdade de oportunidades educacionais para a população rural continua sendo expressiva. As autoras ainda pretendem trazer como pano de fundo de suas narrativas a Educação Rural como um direito dos trabalhadores rurais atrelado à luta pela terra.

Complementado a discussão anterior, apresentamos o texto *A organização da Instrução Pública no início da Primeira República no Pará (1890 1896)* de autoria de Viviane Dourado e Alberto Damasceno, situa-se no campo da História da Educação; temos como objeto de estudo a legislação e a organização da instrução pública paraense no final do século XIX, mais precisamente entre os anos 1890 e 1896. O objetivo dos autores foi identificar como se configurava a instrução pública paraense no contexto das ações determinadas por meio dos regulamentos de ensino do estado. Para sua realização fizeram uso de uma pesquisa histórica de natureza documental e bibliográfica. Constataram a partir deste trabalho que, através das determinações dispostas na legislação educacional paraense, se buscava impor um padrão de comportamento para professores e alunos na escola primária.

O quinto texto do Dossiê, *As Representações dos Símbolos Pátrios nas Escolas do Rio Grande do Sul na Primeira República de autoria dos pesquisadores*, com autoria de Alessandro Carvalho Bica e Maria Augusta Martiarena de Oliveira aborda a utilização da escola como um espaço de formação dos cidadãos na construção de pretensas nacionalidades brasileiras, e como os símbolos estiveram presentes tanto como elementos integrantes do espaço escolar, como presentes em práticas educativas curricularizadas ou não, sejam em atividades em disciplinas, como trabalhos manuais ou em comemorações cívicas, as quais foram amplamente realizadas nesse período para o fortalecimento do regime republicano, o qual contava com a escola como *lócus* de afirmação.

*Exclusão na escola brasileira: características históricas da escolarização em uma sociedade desigual (1930-1971)*, de autoria de Natália Gil, se propõe a produzir uma análise sócio-histórica

acerca do modo como a exclusão escolar foi se delineando no Brasil ao longo do século XX, em meio a um expressivo processo de ampliação do acesso da população à escola, sem perder a historicidade de sua narrativa. Neste ensaio, a autora busca analisar a expansão das matrículas na escola elementar, que tem início nos anos 1930, e como foi feita sem que houvesse um projeto de construção de uma sociedade igualitária e a organização do ensino secundário que teve forte caráter elitista.

Finalizamos o Dossiê com o texto *Racismo estrutural e o bicentenário da independência: um olhar sobre a educação antirracista nas comunidades quilombolas*, das autoras Roseane Santos Mesquita, Andréia Teixeira dos Santos e Marizete Lucini. Elas trazem a discussão sobre o racismo estrutural no contexto do bicentenário da independência do Brasil, no âmbito das comunidades remanescentes de quilombos como alvos de uma dupla discriminação que se efetiva em relação ao ser negro e ao ser quilombola. Na reflexão das autoras fica evidente que os processos discriminatórios fundados no racismo e na diferenciação de classe permanecem operantes, mesmo após o reconhecimento desta coletividade na Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, no Decreto Presidencial nº 4887 de 2003 e da aprovação de Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola (2012). A partir de uma reflexão teórico-conceitual, as autoras apresentam um histórico sobre o conceito de quilombo e o pertencimento identitário dos sujeitos quilombolas, apontando à importância dos atos legais pactuados no reconhecimento e concessão de direitos para estas comunidades.

Enfim, o dossiê pretende contribuir de sobremaneira para a compreensão das diversas efemeridades que poderão ser construídas nestes 200 anos de Educação Brasileira, sem esquecer-nos das asserções de Certeau<sup>1</sup> (1982, p. 05 - 21): *A escrita da história é o estudo da escrita como prática histórica, [...] O historiador também só pode escrever conjugando. [...] Ele é historiógrafo. Endividado pela experiência que tenho disto, gostaria de homenagear está escrita da história.* Assim, este Dossiê tem como proposta levar o leitor a ler outras e novas histórias que ainda podem e devem ser desveladas pela História da Educação Brasileira.

Sejam bem vindes à nossa leitura!!!

Alessandro Carvalho Bica

Dilza Porto Gonçalves

Os organizadores

---

<sup>1</sup> CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.